

QUADRO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Brasília, terça-feira, 12 de dezembro de 2017.

Medidas Provisórias

Em tramitação no Congresso: 14 MPs

| MP | Ementa | Emendas | Status | Comissão Mista da MP | Prazos |
|---|---|---|--|---|--|
| <p>MP 795/2017 (Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos)</p> <p>DOU: 18/08/2017</p> | <p>Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.</p> | <p>Prazo para emendas: 24/08/2017. Foram apresentadas 46 emendas.</p> | <p>SENADO FEDERAL – Aprovado o PLV, ressalvados os destaques. Matéria volta à Câmara dos Deputados.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Presidente: Dário Berger (PMDB-SC) Vice-Presidente: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) Relator: Deputada Tereza Cristina (PSB-MS) | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 02/10/2017 Vigência: 15/12/2017 |

| MP | Ementa | Emendas | Status | Comissão Mista da MP | Prazos |
|---|---|--|---|--|--|
| <p>MP 796/2017 (Prorroga o prazo para a utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica, instituído pela Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012)</p> <p>DOU: 24/08/2017</p> | <p>Prorroga o prazo para a utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica, instituído pela Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012.</p> | <p>Prazo para emendas: 30/08/2017 Foram apresentadas 31 emendas.</p> | <p>SENADO FEDERAL – Aprovado o PLV. Matéria segue à Sanção.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Presidente: Deputado Chico D'Angelo (PT-RJ) Relator: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 08/10/2017 Vigência: 21/12/2017 |
| <p>MP 797/2017 (Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP)</p> <p>DOU: 24/08/2017</p> | <p>Prevê regras diferentes para o saque dos valores creditados nas contas individuais dos participantes do PIS-PASEP. Com a presente MPV, fica disponível ao titular da conta individual dos participantes do PIS-PASEP o saque do saldo nos seguintes casos: I - atingida a idade de sessenta e cinco anos, se homem; II - atingida a idade de sessenta e dois anos, se mulher; III – aposentadoria; IV - transferência para a reserva</p> | <p>Prazo para emendas: 30/08/2017 Foram apresentadas 10 emendas.</p> | <p>CÂMARA DOS DEPUTADOS – MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> | <ul style="list-style-type: none"> Presidente: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) Vice-Presidente: Deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) Relator: Deputado João Campos (PRB-GO) | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 08/10/2017 Vigência: 21/12/2017 |

| MP | Ementa | Emendas | Status | Comissão Mista da MP | Prazos |
|--|--|---|---|--|--|
| | remunerada ou reforma; e V – invalidez. Para os participantes enquadrados nas categorias I a IV acima, os saldos estarão disponíveis independentemente de solicitação do cotista. No caso de morte do titular da conta, o saldo será disponibilizado a seus dependentes. | | | | |
| <u>MP 799/2017</u> (Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 47.000.000,00, para os fins que especifica) DOU: 05/09/2017 | Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 47.000.000,00, para os fins que especifica. | Prazo para emendas: 11/09/2017 Não foram apresentadas emendas. | COMISSÃO MISTA MATÉRIA COM A RELATORIA | <ul style="list-style-type: none"> Presidente: Senador Dário Berger (PMDB-SC) Vice-Presidente: Deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ) Relator: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 20/10/2017 Vigência: 12/02/2018 |
| <u>MP 800/2017</u> (Estabelece as diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais) DOU: 19/09/2017 | Estabelece as diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais e dá outras providências. | Prazo para emendas: 25/09/2017 Foram apresentadas 34 emendas . | COMISSÃO MISTA: MATÉRIA COM A RELATORIA. | <ul style="list-style-type: none"> Presidente: Senador Cidinho Santos (PR-MT) Vice-Presidente: Deputado Claudio Cajado (DEM-BA) Relator: Deputado José Rocha (PR-BA) | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 03/11/2017 Vigência: 26/02/2018 |

| MP | Ementa | Emendas | Status | Comissão Mista da MP | Prazos |
|--|---|--|---|---|--|
| <p><u>MP 801/2017</u> (Dispõe sobre a contratação, o aditamento, a repactuação e a renegociação de operações de crédito, a concessão de garantia pela União e a contratação com a União) DOU: 21/09/2017</p> | <p>Dispõe sobre a contratação, o aditamento, a repactuação e a renegociação de operações de crédito, a concessão de garantia pela União e a contratação com a União realizadas com fundamento na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e sobre a realização de termos aditivos a contratos de refinanciamento celebrados com a União com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.</p> | <p>Prazo para emendas: 27/09/2017 Foram apresentadas <u>10 emendas.</u></p> | <p>CÂMARA DOS DEPUTADOS: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> | <ul style="list-style-type: none"> Presidente: Deputado Décio Lima (PT-SC) Vice-Presidente: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 05/11/2017 Vigência: 28/02/2018 |
| <p><u>MP 802/2017</u> (Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado) DOU: 27/09/2017</p> | <p>Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado</p> | <p>Prazo para emendas: 03/10/2017 Foram apresentadas <u>28 emendas.</u></p> | <p>COMISSÃO MISTA: MATÉRIA COM A RELATORIA.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Presidente: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) Vice-Presidente: Deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 11/11/2017 Vigência: 06/13/2017 |

| MP | Ementa | Emendas | Status | Comissão Mista da MP | Prazos |
|---|---|--|--|--|--|
| | | | | <ul style="list-style-type: none"> Relator: Deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) | |
| <p><u>MP 803/2017</u> (Altera a Medida Provisória nº 793, de 31 de julho de 2017, que institui o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) DOU: 29/09/2017</p> | Altera a Medida Provisória nº 793, de 31 de julho de 2017, que institui o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. | <p>Prazo para emendas: 05/10/2017 Foram apresentadas 11 emendas.</p> | COMISSÃO MISTA: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR | | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 13/11/2017 Vigência: 08/03/2017 |
| <p><u>MP 805/2017</u> (Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da</p> | Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da | <p>Prazo para emendas: 06/11/2017 Foram apresentadas 255 emendas</p> | COMISSÃO ESPECIAL - MATÉRIA COM A RELATORIA | <ul style="list-style-type: none"> Presidente: Deputado Rogério Rosso (PSD-DF) Relator: Senador Cidinho Santos (PR-MT) | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 14/12/2017 Vigência: 07/02/2018 Tranca a pauta a partir de: 06/11/2017 Vigência: 07/02/2018 |

| MP | Ementa | Emendas | Status | Comissão Mista da MP | Prazos |
|--|---|--|--|--|--|
| contribuição social do servidor público e a outras questões) DOU: 31/10/2017 Edição Extra | servidor público e a outras questões | | | | - |
| <u>MP 806/2017</u> (Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento) DOU: 31/10/2017 Edição Extra | Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento. | Prazo para emendas: 06/11/2017 Foram apresentadas 46 emendas | COMISSÃO ESPECIAL - MATÉRIA COM A RELATORIA | <ul style="list-style-type: none"> Presidente: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) Relator: Deputado Wellington Roberto (PR-PB) | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 06/11/2017 Vigência: 07/02/2018 |
| <u>MP 807/2017</u> (Programa Especial de Regularização Tributária - Pert na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) DOU: 31/10/2017 | Altera a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária - Pert na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. | Prazo para emendas: 06/11/2017 Foram apresentadas 22 emendas | COMISSÃO ESPECIAL - AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO | | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 15/12/2017 Vigência: 08/02/2018 |
| <u>MP 808/2017</u> (Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei | Promove mudanças na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467 de 2017), notadamente nos seguintes | Prazo para emendas: 21/11/2017 Foram apresentadas 199 emendas | COMISSÃO ESPECIAL: AGUARDANDO DESINGAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO | | |

| MP | Ementa | Emendas | Status | Comissão Mista da MP | Prazos |
|---|---|---|---|----------------------|--|
| <p>nº 5.452, de 1º de maio de 1943)</p> <p>DOU Edição Extra: 14/11/2017</p> | <p>pontos: jornada de trabalho 12x36; dano extrapatrimonial; empregada gestante e lactante; autônomo exclusivo; trabalho intermitente; incidência de encargos trabalhista e previdenciário; cobrança e distribuição da gorjeta; representação em local de trabalho; negociado sobre o legislado no enquadramento do grau de insalubridade; e arrecadação/contribuição previdenciária.</p> | | | | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 08/02/2018 Vigência: 22/02/2018 |
| <p>MP 809/2017</p> <p>(Tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama)</p> <p>DOU: 04/12/2017</p> | <p>Inclui artigos na lei de criação do ICMBio, para permitir ao órgão selecionar, sem licitação, instituição financeira oficial para criar e administrar fundo que receberá recursos de compensações ambientais; altera artigo da Lei que dispõe sobre a tabela de Pessoal do do Ibama, para</p> | <p>Prazo para emendas: 11/12/2017</p> <p>Foram apresentadas 31 emendas.</p> | <p>COMISSÃO ESPECIAL: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO</p> | | <ul style="list-style-type: none"> Tranca a pauta a partir de: 28/02/2018 Vigência: 14/03/2018 |

| MP | Ementa | Emendas | Status | Comissão Mista da MP | Prazos |
|--|---|-----------------------------------|---|----------------------|--|
| | prever que o órgão e o ICMBio possam contratar pessoal por tempo determinado de até um ano, prorrogável por igual período, para atender casos como prevenção, controle e combate a incêndios florestais, controle e combate de fontes poluidoras imprevistas e apoio em ações de conservação, manejo e pesquisa de espécies ameaçadas | | | | |
| <p>MP 810/2017</p> <p>(Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências)</p> <p>DOU: 11/12/2017</p> | Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências. | Prazo para emendas: 18/12/2017 | COMISSÃO ESPECIAL: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO | | <ul style="list-style-type: none"> • Tranca a pauta a partir de: 07/03/2018 • Vigência: 21/03/2018 |

Em fase de sanção: 2 MPs

| MP | Ementa | Emendas/Texto final | Recebimento pela Casa Civil | Data final para a sanção |
|---|--|---|-----------------------------|--------------------------|
| <p>MP 789/2017 (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) DOU: 26/07/2017</p> | <p>Altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. (CFEM)</p> | <p>Emendas apresentadas: 138 emendas. PLV 38, de 2017.</p> | <p>28.11.17</p> | <p>18.12.17</p> |
| <p>MP 791/2017 (Cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral.) DOU: 26/07/2017</p> | <p>Cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral.</p> | <p>Prazo para emendas: 07/08/2017. Emendas apresentadas: 104 emendas PLV 37, de 2017.</p> | <p>6.12.17</p> | <p>27.12.17</p> |